

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.087 - SP (2019/0213834-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ANTONIA SALVINO DE SOUZA
ADVOGADO : HELIELTHON HONORATO MANGANELI - SP287058
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : VIDAL RIBEIRO PONCANO E OUTRO(S) - SP091473
SANDRA SOBHIE MUÑOZ - SP279680

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 231):

DECLARATÓRIA Inexistência de contratação de reserva de margem consignável Restituição em dobro dos valores descontados de benefício previdenciário Cartão de crédito não reconhecido Danos Morais - Improcedência Inconformismo Aplicação das regras previstas no Código de Defesa do Consumidor Inversão do ônus da prova Relação comercial devidamente comprovada pela proposta de emissão de cartão de crédito e autorização de reserva de margem consignada Faturas anexadas que demonstram a utilização do crédito disponibilizado Endereço constante nas faturas que coincidem com o informado pela autora em sua inicial - Cobrança que se mostra lícita - Majoração dos honorários advocatícios para 15%, nos termos do art.85, §11, do Código de Processo Civil - Sentença mantida Recurso não provido.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre"* (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial sob os seguintes fundamentos: ausência de violação dos arts. 39, I, IV e V, e 51, I, IV e VX, do Código

Superior Tribunal de Justiça

de Defesa do Consumidor; aplicação da Súmula 7 do STJ ; e dissídio jurisprudencial não comprovado nos moldes legais.

Em suas razões, a parte agravante limitou-se a afirmar ser necessária a uniformização da jurisprudência acerca da validade da movimentação financeira acerca de empréstimo sob a reserva de margem consignável com emissão de cartão de crédito e não ser necessário qualquer exame de provas, a obstar aplicação da Súmula 7 do STJ, deixando de impugnar os fundamentos da decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal de origem relativos à ausência de violação dos arts. 39, I, IV e V, e 51, I, IV e VX, do Código de Defesa do Consumidor e dissídio jurisprudencial não realizado nos moldes legais.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar os

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

